

Marcílio aguarda investidor

Givaldo Barbosa

O ministro Marcílio Marques Moreira disse ontem esperar que o Brasil, a partir de agora, passe a receber um aporte de US\$ 20 bilhões de capitais externos por ano, que vão ser imprescindíveis para a retomada do crescimento econômico, graças à plena normalização do relacionamento do País com a comunidade econômica internacional, o que ocorrerá a partir do anúncio do acordo da dívida do País com os bancos privados estrangeiros.

O acordo acertado, mas ainda não formalizado, consistiu, fundamentalmente, na troca dos débitos antigos, ao todo US\$ 44 bilhões por títulos que serão emitidos pela República Federativa do Brasil (e não mais pelo Banco Central), assentada num forte esquema de garantias do principal, com o lastreamento em títulos do Tesouro norte-americano e de garantias do pagamento dos juros, inicialmente fixadas num mínimo de US\$ 3,2 bilhões.

O Brasil fica numa situação confortável para lançar mão de todas essas garantias, graças ao elevado nível de suas reservas internacionais (boa parte já aplicada em títulos norte-americanos), estimadas em US\$ 18 bilhões (pelo conceito de caixa).

Engenharia

O acordo da dívida externa brasileira com os bancos privados exigiu uma engenharia complexa, pela qual o País oferece aos seus aproximadamente 600 bancos credores um farto cardápio de possibilidades, dispostas em sete modalidades diferenciadas de títulos, de modo a atender exigências, especificações de legislação dos diferentes países e gostos dos mais diferentes bancos de diversos países e mais uma modalidade contratual.

Os títulos que os bancos vão poder escolher para trocar dívida velha por nova, com garantia, são os seguintes: bônus de desconto, bônus ao par, bônus de redução inicial de juros, bônus de capitalização, bônus de conversão de dívida e bônus de dinheiro novo. A sétima opção é a única que não representa um título, mas sim a modificação de contratos seguindo as mesmas sistemáticas constantes dos títulos (prazo de 30 anos de resgate, juros fixos, etc, etc), criada para resolver questões contábeis e de legislação dos países de alguns dos credores.

O acordo cujos termos foram anunciados ontem refere-se a um estoque de dívida de US\$ 44 bilhões, contra um total da dívida registrada (de médio e longo prazos) com o setor privado, de US\$ 62,4 bilhões.

Portanto, US\$ 18 bilhões ficaram de fora do acordo de troca de débitos antigos por títulos novos e garantidos com deságio.

Desses, US\$ 6,4 bilhões referem-se à dívida externa junto



Pedro Mallan telefonou cedo

aos bancos brasileiros no exterior (maior parte para o Banco do Brasil); US\$ 7 bilhões de bônus antigos com resgate e pagamento de juros atrasados; e US\$ 5 bilhões a bônus novos, mas também atrasados. O acordo com os bancos brasileiros será feito à parte e deve seguir os mesmos termos fixados para os bancos estrangeiros.

Juros

O ministro Marcílio acha que 80% dos débitos antigos vão ser convertidos pelos bônus de desconto e par. O bônus de desconto é o instrumento pelo qual a dívida velha é trocada com desconto sobre o valor de face de 35%; o título tem prazo de 30 anos, não tem carência e a amortização total é feita ao final dos 30 anos. A taxa de juros de mercado é a Libor mais 13/16 ao ano. As garantias cobrem 100% do principal (com títulos do Tesouro dos EUA) e 12 meses de juros.

O bônus ao par, também de 30 anos, prevê taxas de juros fixas que variam de 4% no primeiro ano; 4,25% ao ano no segundo ano; 5% no terceiro; 5,25% no quarto; 5,5% no quinto e 5,75% no sexto. Do sétimo ao trigésimo ano, as taxas serão de 6% ao ano. O bônus dinheiro novo prevê o empréstimo de US\$ 1 dólar ao Brasil para cada US\$ 5,5 dólares de dívida velha convertida (ou seja, empréstimo de 18% da dívida convertida). Todo o dinheiro novo captado será alocado como garantia dos títulos novos que integram o acordo.

Da garantia inicial dos juros, de US\$ 3,2 bilhões, metade será obtida pelo Brasil junto a organismos internacionais (tais como FMI, BIRD, BID, etc) e a outra metade sairá das reservas do País.